

Impasse entre bancos e governo empurra aposentados para crédito mais caro

SUSPENSÃO DO CONSIGNADO

EMPRÉSTIMOS RESTRITOS

Medida deve aumentar a inadimplência e empurrar aposentados para linhas mais caras

LEFTYCIA CARDOSO, RAFAELA BRUNSE, RENAN MONTEIRO, conom@info.globo.com.br, RECUSA

A suspensão do empréstimo consignado a beneficiários do INSS pelos bancos — após o governo reduzir o teto dos juros para 1,70% ao mês — deve levar a um aumento da inadimplência e empurrar aposentados e pensionistas para linhas mais caras, como as do crédito pessoal, que têm taxa média de 5,23% ao mês.

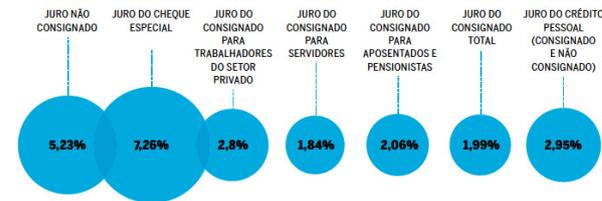
Em um cenário em que a população já está bastante endividada, isso afetaria diretamente o consumo e poderia até forçar os idosos a se desfazerem de patrimônio para sanar dívidas. Levantamento mais recente da Serasa, com dados de janeiro de 2023, mostra que a inadimplência atinge 70 milhões de brasileiros, que estão com o nome restrito, sendo que 18% deles têm acima de 60 anos.

A redução dos juros do consignado do INSS foi proposta pelo ministro da Previdência, Carlos Lupi, e aprovada segunda-feira pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS). Na reunião, o total da modalidade baixou de 2,14% ao mês para 1,70% e o do cartão do consignado, de 3,06% para 2,62%.

BB E CAIXA SUSTAM OPERAÇÃO A decisão, tomada sem o aval da equipe econômica e da Casa Civil, criou um mal-estar dentro do governo. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, chamou Lupi e os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Trabalho, Luiz Marinho, para uma reunião na terça-feira a fim de discutir uma solução. Auxiliares de Haddad querem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva intervenha para evitar que esse segmento da

OS NÚMEROS DO MERCADO DE CRÉDITO

Compare as taxas médias de cada operação. Valores de janeiro de 2023



O peso da linha para aposentados no total de crédito ofertado (em 2022)



Fonte: Banco Central

população fique desassistido.

Por ter uma taxa menor, o crédito consignado é bastante utilizado pelos idosos, que costumam não ter outra fonte de renda além do benefício do INSS. No ano passado, a oferta total de crédito consignado (considerando todas as categorias de consignado) foi de R\$ 199,1 bilhões, sendo que R\$ 81,4 bilhões — 40,88% do total — foram para aposentados e pensionistas. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), 42% deles são pessoas negativas, o que mostra o risco de aumento da inadimplência com a suspensão da linha pelos bancos.

Já em relação ao total de crédito pessoal ofertado em 2022 — R\$ 378,7 bilhões —, o volume para os beneficiários

do INSS representou 21,49%.

— Muitas pessoas pegavam empréstimo para quitar as linhas de crédito mais caras. O banco renegociava e alongava o empréstimo. Uma dívida de R\$ 400 mensais em dez anos era trocada por outra de R\$ 300 por mês com prazo de 15 anos, por exemplo. Com a suspensão, a inadimplência tende a subir — comenta a sócia e analista de ações da Nord Research, Danielle Lopes.

Ontem, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil confirmaram que suspenderam a linha. Relatório semanal do Banco Central sobre as taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras mostra que, de 38 bancos, só quatro se encaixam atualmente dentro

do novo teto aprovado pelo CNPS. O Sicob, por exemplo, manteve a linha pois neste mês suas taxas já variam entre 1,38% e 1,70%.

A dificuldade de acesso a crédito pode afetar o consumo de maneira direta, avalia Paulo Luviz, especialista da Valor Investimentos:

— Essa é uma linha de liquidez que, via de regra, é desti-

nada ao varejo, um setor bem sensível. Quem quer trocar um eletrodoméstico ou fazer uma pequena reforma vai pensar duas vezes antes de recorrer a um crédito mais caro. O consumo cai.

— Acredito que vão entrar em um acordo e baixar um pouco os juros, porque eles também precisam dessa carteira dos consignados. Dados da Febraban mostram que, atualmente, 14,5 milhões de aposentados do INSS têm empréstimo consignado, movimentando cer-

ca de R\$ 215 bilhões nas linhas de empréstimo e cartão.

— A postura mais conservadora por parte dos bancos pode ser contraproducente, diante de um quadro de balanço financeiro já apertado para as famílias. Ainda precisamos aguardar para ter uma estimativa de impacto sobre o consumo ou sobre o PIB, mas, em avaliação preliminar, trata-se de um efeito negativo para o consumo como um todo, consequentemente para o desempenho de muitos setores do comércio varejista — comenta o economista da XP Rodolfo Margato.

PEDRANO SAPATO

Para o coordenador dos MBAs em Finanças do Ibmec RJ, Gustavo Moreira, diante do alto comprometimento da renda, crédito escasso e gastos essenciais elevados, como despesas com plano de saúde, alguns aposentados podem ter que recorrer à venda de patrimônio.

— O grande problema é se desfazer do patrimônio, pagar a dívida, mas depois precisar de um novo empréstimo, que vai ser mais caro — alerta.

Embora avale que a redução de juros é necessária, Fábio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), critica a forma abrupta como foi feita. Segundo ele, muitas famílias usam o recurso para fechar as contas do mês. Em sua opinião, qualquer mudança no teto deve ser feita aos poucos, para evitar reação negativa dos bancos:

— No atual cenário de inflação alta, será mais uma pedra no sapato do comércio. O crédito seria uma válvula de escape, não para bombar a economia, mas para evitar uma recessão.

Complemento. O aposentado Marcos Rogério Silveira o consignado como apoio na renda mensal



CORREÇÃO: Diferentemente do que foi publicado na página 11 de ontem, o teto do juro do consignado para aposentados baixou de 2,14% para 1,70% ao mês e não ao ano. A taxa do cartão também caiu de 3,06% para 2,62% ao mês.

Bancos e governo discutem suspensão do teto

Redução do limite para o consignado a aposentados foi decidida sem aval de Lula, da Casa Civil e da equipe econômica. No começo da próxima semana, reunião de ministros vai discutir o assunto

CERAL DA DOCA, anal@info.globo.com.br, RECUSA

Os bancos discutem com o governo a suspensão imediata da resolução do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), que limitou o teto dos juros do consignado para aposentados a 1,70% ao mês, para retomar as operações de crédito aos beneficiários do INSS. Dessa forma, ficaria mantido o teto anterior de 2,14% ao mês.

A contraproposta prevê a criação de um grupo de trabalho para discutir e apresentar solução em um prazo deter-

minado. A ideia é ter uma taxa mais em conta e que seja apoiada pelos bancos.

Além de representantes do Ministério da Previdência Social, o colegiado teria a participação de trabalhadores, aposentados, técnicos do Banco Central (BC), do Ministério da Fazenda e

2,14%

É o juro mensal máximo no consignado para aposentados. Esse teto foi reduzido na última reunião do Conselho Nacional da Previdência Social

da Casa Civil.

A redução do teto dos juros foi patrocinada pelo ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, sem aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da Casa Civil e da equipe econômica. A medida foi aprovada pelo CNPS no início da semana e publi-

1,7%

É a taxa em vigor hoje para o empréstimo aos segurados. O juro é considerado insuficiente para cobrir custos, na avaliação de bancos que suspenderam linha

cada no Diário Oficial da União na quarta-feira.

Segundo estimativas do setor financeiro, os bancos passariam a ter prejuízo nas concessões com o novo teto de 1,70% ao mês.

COMPATÍVEL COM O CUSTO Uma resolução do Conselho Monetário Nacional de 2013 prevê a viabilidade econômica da operação de consignado e determina que os patamares de juros fixados precisam ser compatíveis com a estrutura de custos do produto.

Descontando todos os custos envolvidos na operação, a rentabilidade seria negativa

em 0,23%. O cálculo considera as taxas atuais, inclusive dos bancos públicos.

A cada mês, o volume médio de novas concessões é de R\$ 7 bilhões. A segunda-feira pode marcar o terceiro dia de linha suspensa, o que prejudica um dos segmentos mais carentes da população, pois o consignado tem taxas mais baratas entre as opções disponíveis.

Diante da suspensão do consignado para aposentados e pensionistas do INSS pelos bancos, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, chamou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para uma reunião na terça-feira a

fim de discutir uma solução para a crise. Auxiliares de Haddad querem que o presidente Lula intervenha para evitar que esse segmento da população fique desassistido. Além de Figueiredo e Costa, são esperados no encontro os ministros da Previdência, Carlos Lupi, e do Trabalho, Luiz Marinho.

Na quinta-feira, bancos privados anunciaram a suspensão das linhas. Ontem, foi a vez de Banco do Brasil e Caixa Econômica ou congelamento desse crédito, sob o argumento de que não patamar de 1,7% ao mês, o produto perderia rentabilidade.

